

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	12.490.916	10.586.556
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.307.476	1.269.585
1.01.01	Caixa	176.485	199.597
1.01.01.01	Caixa	176.485	199.597
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.130.991	1.069.988
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	2.130.991	1.069.988
1.02	Ativos Financeiros	9.816.503	8.956.447
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	272.880	274.507
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	272.880	274.507
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.543.623	8.681.940
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	668.280	731.500
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.045.163	1.041.071
1.02.04.04	Operações de Crédito	7.310.331	6.269.511
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-209.131	-178.618
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	728.980	818.476
1.03	Tributos	170.153	154.356
1.03.03	Outros	170.153	154.356
1.03.03.01	Créditos Tributários	170.153	154.356
1.04	Outros Ativos	10.225	6.753
1.04.03	Outros	10.225	6.753
1.04.03.01	Outros Ativos	12.025	8.553
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32
1.06	Imobilizado	57.366	58.138
1.06.01	Imobilizado de Uso	205.837	200.623
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	205.837	200.623
1.06.03	Depreciação Acumulada	-148.471	-142.485
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-148.471	-142.485
1.07	Intangível	129.161	141.245
1.07.01	Intangíveis	186.143	196.003
1.07.01.01	Intangíveis	186.143	196.003
1.07.03	Amortização Acumulada	-56.982	-54.758
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-56.982	-54.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	12.490.916	10.586.556
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	10.593.360	8.853.960
2.02.01	Depósitos	10.359.633	8.476.820
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.261.085	988.318
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	7.517.509	5.853.358
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	190.682	239.032
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.390.357	1.396.112
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	74.480	167.037
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	74.480	167.037
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	159.247	210.103
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	77.657	44.727
2.02.03.02	Relações Interdependência	10.745	2.308
2.02.03.03	Emissão de Títulos	44.851	149.745
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	19.534	9.193
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	6.460	4.130
2.03	Provisões	167.941	136.435
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	104.384	75.868
2.03.02	Provisão para Contingências	63.557	60.567
2.05	Outros Passivos	152.153	111.583
2.05.01	Outras Obrigações	152.153	111.583
2.07	Patrimônio Líquido	1.577.462	1.484.578
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.300.664
2.07.04	Reservas de Lucros	0	183.914
2.07.04.01	Reserva Legal	0	12.060
2.07.04.02	Reserva Estatutária	0	171.854
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	104.340	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	431.872	832.363	382.558	773.446
3.01.01	Operações de Crédito	402.005	781.367	362.747	726.616
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	29.367	47.326	16.187	37.659
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	-1.900	-629	1.199	3.643
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	2.400	4.299	2.425	5.528
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-103.130	-189.815	-54.708	-141.465
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-65.832	-105.757	-44.652	-104.027
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-339	-2.081	-298	-1.284
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-36.959	-81.977	-9.758	-36.154
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	328.742	642.548	327.850	631.981
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-224.179	-427.960	-176.049	-366.472
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	34.430	67.480	32.132	63.151
3.04.02.01	Receita de Prestação de Serviços	25.942	51.120	21.323	43.198
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	8.488	16.360	10.809	19.953
3.04.03	Despesas com Pessoal	-121.645	-230.654	-98.868	-212.326
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-116.936	-225.346	-90.042	-181.267
3.04.05	Despesas Tributárias	-20.762	-41.234	-18.860	-37.506
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	23.075	32.350	11.974	22.657
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-22.341	-30.556	-12.385	-21.181
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	104.563	214.588	151.801	265.509
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	104.563	214.588	151.801	265.509
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-29.152	-71.510	-59.700	-109.297
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-15.124	-47.837	-29.417	-57.892
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-12.527	-39.470	-24.351	-44.308
3.08.03	Ativo Diferido	-1.501	15.797	-5.932	-7.097
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	75.411	143.078	92.101	156.212
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-14.106	-22.708	-12.834	-22.217
3.10.01	Participações	-14.106	-22.708	-12.834	-22.217

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	61.305	120.370	79.267	133.995
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	6,44	12,64	8,32	14,07
3.99.01	Lucro Básico por Ação	6,44	12,64	8,32	14,07
3.99.01.01	ON	6,44	12,64	8,32	14,07

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	61.305	120.370	79.267	133.995
4.04	Resultado Abrangente do Período	61.305	120.370	79.267	133.995
4.04.01	Lucro Abrangente	61.291	120.342	79.249	133.964
4.04.02	Lucro Abrangente das Part. dos não Controladores	14	28	18	31

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.079.656	1.082.701
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	322.373	315.672
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	214.588	265.510
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	107.785	50.162
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	757.283	767.029
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	63.219	577.646
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-11.772	-73.790
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	40.470	166.214
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.091.747	-565.294
6.01.02.05	Outros Créditos	76.223	681
6.01.02.06	Outros valores e bens	-3.473	-657
6.01.02.07	Outras obrigações	66.866	20.241
6.01.02.08	Depósitos	1.882.813	1.616.821
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-92.557	-903.372
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	-104.894	13.070
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	2.329	-48
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	10.282	1.314
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-80.476	-85.797
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.199	-10.050
6.02.01	Alienação de Imobilizado de uso	13	202
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-5.350	-1.566
6.02.03	Aplicação no Intangível	-3.589	-15.435
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento	6.727	6.749
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.948	-114.997
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-620	2.570
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.037.889	960.224
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.269.586	258.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.307.475	1.218.643

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.458	0	-183.914	0	-16.030	0	-27.486
5.04.01	Aumentos de Capital	172.458	0	-172.458	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.456	0	0	0	-11.456
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-16.030	0	-16.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	120.370	0	120.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	120.370	0	120.370
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	0	0	104.340	0	1.577.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-64.810	0	0	0	-64.810
5.04.06	Dividendos	0	0	-64.810	0	0	0	-64.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	133.995	0	133.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	133.995	0	133.995
5.07	Saldos Finais	1.171.043	0	129.621	0	133.995	0	1.434.659

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	856.386	810.141
7.01.01	Intermediação Financeira	837.075	758.484
7.01.02	Prestação de Serviços	67.480	63.151
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-70.720	-24.266
7.01.04	Outras	22.551	12.772
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-138.468	-118.088
7.02.01	Captação	-105.758	-104.027
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasses	-2.082	-1.284
7.02.03	Despesa de Câmbio	-2.560	-215
7.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	-28.068	-12.562
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-193.619	-148.935
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-11.692	-10.644
7.03.02	Serviços de Terceiros	-175.831	-142.845
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.096	4.554
7.04	Valor Adicionado Bruto	524.299	543.118
7.05	Retenções	-21.782	-17.001
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.782	-17.001
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	502.517	526.117
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	502.517	526.117
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	502.517	526.117
7.09.01	Pessoal	221.964	205.389
7.09.01.01	Remuneração Direta	163.956	152.856
7.09.01.02	Benefícios	43.814	42.504
7.09.01.03	F.G.T.S.	14.194	10.029
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	144.142	175.957
7.09.02.01	Federais	139.830	171.903
7.09.02.03	Municipais	4.312	4.054
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	16.041	10.776
7.09.03.01	Aluguéis	16.041	10.776
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	120.370	133.995
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.030	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.340	133.995

Comentário do Desempenho



BPAR
B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1S2021

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. – BANPARÁ RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 1º SEMESTRE DE 2021

O Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código **BPAR3**, anuncia seus resultados para o 1º Semestre de 2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.b.br.

Destaques 1S2021

✓ **Lucro Líquido – R\$ mil**

120.370

-10,2% em relação ao semestre anterior 1S2020

✓ **Ativo Total – R\$ mil**

12.490

▲ 29,7% em relação ao semestre anterior 1S2020

ROA 2,0%

✓ **Patrimônio Líquido – R\$ mil**

1.577

▲ 10,0% em relação ao semestre anterior 1S2020

ROE 15,1%

✓ **Índice de Eficiência**

63,1%

-4,5% em relação ao ano de 1S2020

Como consequência do comportamento dos negócios, o Lucro Líquido no 1º semestre de 2021 foi de R\$ 120.370 mil.

O Banpará encerrou com o Ativo Total no montante de R\$ 12.490 milhões, expansão de 29,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado principalmente pelo aumento das operações de crédito.

O Patrimônio Líquido variou positivamente em 10% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, ocasionado pelo reinvestimento do resultado do período.

O Índice de Eficiência demonstra o quanto é necessário de estrutura operacional para manter as atividades do Banco e resulta da relação entre as despesas operacionais e as receitas de intermediação financeira. No 1º semestre de 2021 houve retração no índice, quando o comparamos com o mesmo período de 2020, em consequência do crescimento das despesas administrativas e das provisões.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Itens Patrimoniais – R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Ativos Totais	12.490.916	9.629.829	29,70%	^
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	7.380.403	5.897.774	25,10%	^
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	2.799.271	1.375.061	103,60%	^
Captações Totais	10.478.965	7.845.995	33,60%	^
Patrimônio Líquido	1.577.462	1.434.660	10,00%	^

Itens de Resultado - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Receitas Totais	932.192	859.253	8,50%	^
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	642.548	631.982	1,70%	^
Resultado Operacional	221.879	268.907	-17,50%	v
Margem Financeira (1)	724.524	668.135	8,40%	^
EBITDA (2) (LAJIDA)	243.661	285.908	-14,80%	v
Lucro Líquido	120.370	133.995	-10,20%	v
Receita de Serviços (3)	67.480	63.151	6,90%	^
Despesas com Provisões (PCLD)	81.976	36.154	126,70%	^
Despesas Administrativas (4)	225.346	181.267	24,30%	^
Margem Líquida (5)	12,94%	15,59%	-17,00%	v
Margem EBITDA (6)	26,14%	33,27%	-21,40%	v

Índices e Medidas de Eficiência (%)

	1S2021	1S2020	V12M	
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,48%	1,52%	-2,63%	v
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	2,00%	3,50%	-42,86%	v
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	15,1%	22,40%	-32,59%	v
Índice de Basileia	20,22%	22,13%	-8,63%	v
Índice de Eficiência	63,10%	58,60%	7,60%	^
Índice de Provisão (10)	2,80%	2,30%	21,30%	^
Índice de Cobertura (11)	30,00%	27,90%	7,30%	^

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Contato +55 91 3348-3383
ri_banpara@banparanet.com.br

Comentário do Desempenho



ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA 1S2021

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º semestre de 2021, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, notas explicativas e os pareceres dos auditores independentes, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.



Banpará

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Principais Indicadores Macroeconômicos

Principais Indicadores (%)	1S2021	1S2020	1S2019
IPCA (acumulado em 12 meses)	8,35%	2,13%	3,37%
INPC (acumulado em 12 meses)	9,22%	2,35%	3,31%
Taxa Selic Over (a.a.) - efetiva	3,76%	2,58%	6,40%
CDI Overnight (a.a.) - efetiva	3,76%	2,58%	6,40%
Taxa de Juros TJLP – (a.a.) efetiva	4,61%	4,94%	6,26%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

Economia Internacional

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas otimistas em relação ao crescimento do PIB global em 2021, se comparado ao ano de 2020, motivado por melhores perspectivas da atividade econômica. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou em seu último relatório *World Economic Outlook (WEO)*¹, publicado em abril de 2021, que a economia mundial deve apresentar recuperação mais forte em 2021 e 2022, com crescimento projetado em 6% e 4,4%, respectivamente. De acordo com o FMI, as recuperações econômicas estão divergindo entre os países e setores, refletindo as interrupções induzidas pela pandemia do Covid 19, tendo em vista que as perspectivas dependem não apenas das vacinas, mas também da eficácia das políticas econômicas implementadas.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de 5,1% para 2021 e de 3,6% para 2022. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 6,7% em 2021 e 5,0% em 2022. Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento a projeção é de 8,6% para 2021 e de 6,0% para 2022.

Economia Nacional

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais, divulgados em junho de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 1,2% no 1º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020 (série dessazonalizada), destaque para o setor agropecuário que apresentou crescimento de 5,2%, repercutindo a safra recorde de soja. A projeção do Banco Central do Brasil (BC), publicada no Relatório de Inflação de junho de 2021, para o crescimento do PIB em 2021 passou de 3,6% para 4,6%. Esse resultado veio melhor do que o esperado pelo mercado no 1º trimestre de 2021, apesar do recrudescimento da crise sanitária observada no final de março de 2021. Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de junho variação de 0,53% e ficou 0,30 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa registrada em maio 0,83%, destaque para os grupos de Vestuário e Habitação que apresentaram no mês junho alta de 1,21% e 1,10%, respectivamente. O acumulado dos últimos doze meses foi 8,35%, contra os 8,06% nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BC, a previsão do mercado para a inflação apresentou crescimento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2021, passando de 5,44% em 04 de junho de 2021 para 5,97% em 25 de junho de 2021. A estimativa do mercado para a variação anual do IPCA em 2022 apresentou leve aumento, passando de 3,70% para 3,78%.

¹ *World Economic Outlook* – relatório trimestral sobre expectativas econômicas, divulgado pelo FMI.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Economia Local

No cenário local, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará mostrou-se mais otimista no 2º trimestre de 2021. A Fundação reviu em maio sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2021 para 3,21%, ante 2,65% previsto em março de 2021, resultado da melhora nos indicadores econômicos, bem como da ampliação da mobilidade e da continuidade do processo de vacinação no Estado. Em linha com essa expectativa, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-Pa) de maio de 2021, divulgado pelo IBGE, apresentou crescimento de 7,55% em relação a maio de 2020 (série dessazonalizada), reforçando a perspectiva de retomada do crescimento da economia paraense.

A indústria paraense também apresentou resultado positivo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE publicado em julho de 2021, referente ao mês de maio, a produção industrial do Estado apresentou crescimento de 4,7% em relação a maio de 2020 (série com ajuste sazonal), destaque para indústrias extrativistas que apresentaram crescimento de 5,69% na mesma base de comparação.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE em julho de 2021, referente ao mês de maio, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou crescimento de 43,4% no mês de maio de 2021 em comparação com o mês de maio de 2020.

No tocante a inflação, dados do IBGE de junho de 2021 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 8,71%. No mês de junho esse índice apurado no Estado apresentou variação de 0,24%.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2020 do Tesouro Nacional publicado em outubro de 2020, o Estado apresenta a nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Análise das Operações

Ativos

Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Disponibilidades	176.485	278.646	-36,7%	∨
Aplicações Financeiras	2.799.271	1.375.061	103,6%	∧
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.045.163	1.024.617	2,0%	∧
Derivativos				
Relações Interfinanceiras	615.497	441.089	39,5%	∧
Operações de Créditos	7.107.654	5.720.202	24,3%	∧
Outros Créditos	550.062	584.783	-5,9%	∨
Outros Valores e Bens	10.226	7.283	40,4%	∧
Permanente	186.559	198.149	-5,8%	∨
Total	12.490.916	9.629.829	29,7%	∧

O Banpará encerrou o 1º semestre de 2021 com o Ativo Total no montante de R\$ 12.490 milhões, crescimento de 29,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Mesmo registrando queda nas disponibilidades de 36,7%, ocasionada pela implantação de novos processos visando economia para o Banco, houve crescimento nas aplicações financeiras e de

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



liquidez, ocasionado pelo aumento das operações compromissadas, houve crescimento nas operações de crédito, em função de créditos liberados por meio de empréstimo e a evolução em outros valores e bens em decorrência dos contratos de patrocínio.

Aplicações Interfinanceiras

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Interfinanceiro de Liquidez	2.799.271	1.375.061	103,60%	^
TVM	1.045.163	1.024.617	2,00%	^
Cotas de Fundo	1.862	1.328	40,20%	^
Renda Fixa	935.886	968.734	-3,40%	v
Compromissadas	2.130.990	939.997	126,70%	^
Compulsório Total	536.207.179	366.027.020	46%	^

A variação positiva no Compulsório Total foi de 46% comparada ao 1º semestre de 2020, considerando que o aumento de 22,3% no saldo de depósitos à vista foi motivado, principalmente, pelo volume de transações de pagamento em moeda estrangeira e incremento de 12,1% nos depósitos de poupança.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Depósito à Vista	1.261.085	1.030.903	22,3%	^
Poupança	1.390.357	1.239.817	12,1%	^
Depósito a Prazo	7.517.509	5.031.914	49,4%	^
Depósito Interfinanceiro	190.682	245.496	-22,3%	v
Letra Financeira	44.851	251.859	-82,2%	v
Compromissadas	74.480	46.006	61,9%	^
Total	10.478.965	7.845.995	33,6%	^

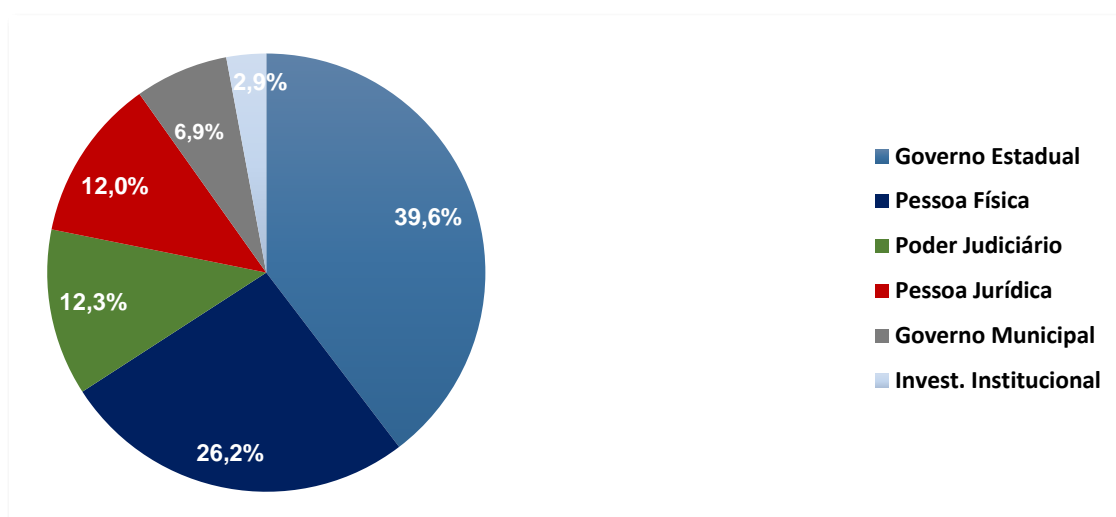
As captações de varejo mantiveram o nível de liquidez do Banco em patamares adequados para sustentar a estratégia de expansão dos negócios. De modo geral, as captações de Depósito a Prazo, Poupança e Depósito à Vista tiveram variação positiva, respectivamente, de 49,4%, 12,1% e 22,3% em relação ao 1º semestre de 2020, devido ao perfil majoritariamente conservador dos clientes. Quanto às captações de Depósito Interfinanceiro e de Letra Financeira ambos diminuíram 22,3% e 82,2%, respectivamente, em relação ao 1º semestre de 2020, reflexo do vencimento e da não renovação de algumas operações, em virtude da liquidez elevada do Banco e das altas taxas praticadas pelo mercado atualmente. Quanto às Captações por Obrigações em Operações Compromissadas houve incremento de 61,9%, representando ajustes pontuais decorrentes do fluxo de caixa do Banco.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021

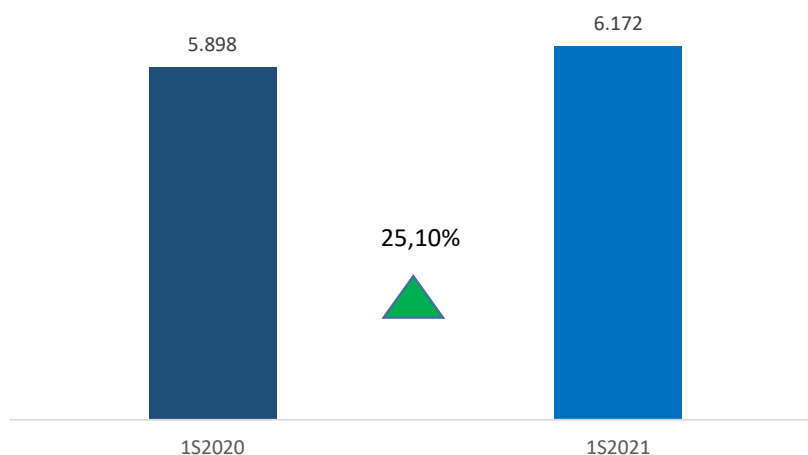


Captação por Tipo de Cliente (%)



A diversificação por tipos de clientes é uma estratégia de captação do Banco. No 1º semestre de 2021, do *funding* total, os depósitos de Governo Estadual representaram 39,6%, os de Pessoa Física representaram 26,2%, os de Poder Judiciário representaram 12,3%, os de Pessoa Jurídica representaram 12,0%, os de Governo Municipal representaram 6,9% e os de Investidor Institucional representaram 2,9%. Ressalta-se que a participação considerável das captações dos clientes de varejo proporciona a vantagem da pulverização dos depósitos, considerando-se que o ticket médio é menor neste grupo.

Créditos – R\$ Milhões



As operações totais de crédito alcançaram R\$ 7.380 milhões, incremento de 25,10% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento de créditos liberados por meio de empréstimos.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021

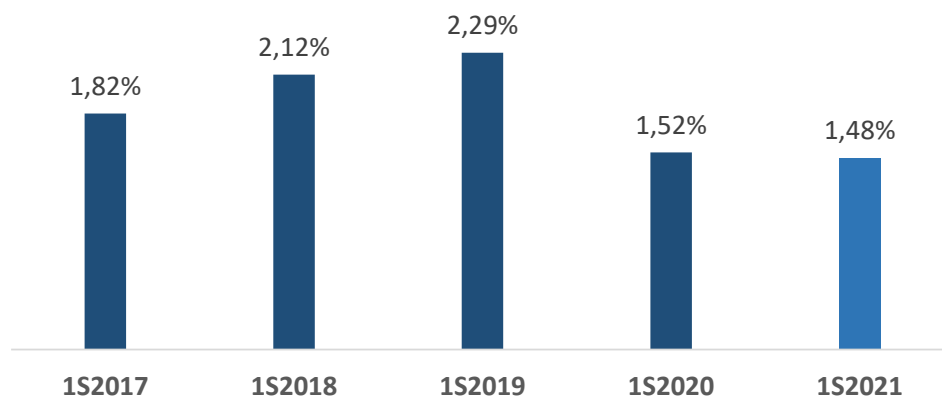


Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco: 1S2021/1S2020

	R\$			% Carteira		
	1S2021	1S2020	V12M	1S2021	1S2020	V12M
AA	1.222.594.198,70	3.066.743.155,38	-151% ▼	16,57%	52,00%	-151% p.p.
A	5.739.918.235,81	2.591.551.258,49	55% ▲	77,77%	43,94%	55% p.p.
B	66.319.540,00	13.846.754,25	79% ▲	0,90%	0,23%	79% p.p.
C	64.316.458,42	33.953.696,40	47% ▲	0,87%	0,58%	47% p.p.
D	74.435.967,55	47.737.844,90	36% ▲	1,01%	0,81%	36% p.p.
E-H	212.818.964,54	143.940.963,98	32% ▲	2,88%	2,44%	32% p.p.
Total	7.380.403.365,02	5.897.773.673,40	20% ▲	100,00%	100,00%	20% p.p.

O Banpará mantém 96,11% nas classes de risco AA - C. O aumento da participação de outros níveis de risco se dá em função do aumento da probabilidade de inadimplência – PRINAD dos clientes.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias: 1S2021 / 1S2020



A inadimplência atingiu o saldo de R\$ 109,57 milhões e passou a representar 1,48% do crédito total, registrando redução de 3,01 p.p. quando comparado ao 1º semestre de 2020.

Análise dos Resultados

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M
Operações de Créditos	781.367	726.616	7,5% ▲
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	47.326	37.659	25,7% ▲
Resultado das Aplicações Compulsórias	4.299	5.528	-22,2% ▼
Resultado de Operações de Câmbio	-629	3.643	-117,3% ▼
Receita de Serviços	67.480	63.151	6,9% ▲
Outras Receitas Operacionais	26.055	17.672	47,4% ▲
Receitas Não Operacionais	6.295	4.985	26,3% ▲

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Total 932.192 859.253 8,5% ^

As receitas no 1º semestre de 2021 aumentaram em 8,5% se comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciada pela variação positiva das receitas com operações de crédito; reflexo do aumento de empréstimos; aumento no resultado com TVM's, em virtude do crescimento das aplicações financeiras de liquidez; aumento de outras receitas operacionais em decorrência da atualização monetária de impostos federais e variações cambiais positivas; bem como aumento de receitas não operacionais, em decorrência da recuperação de valores anteriormente contabilizados como perda de capital.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira

Custos e Despesas - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Operações de Captação no Mercado	105.757	104.027	1,70%	^
Operações de Empréstimos e Repasses	2.081	1.284	62,10%	^
Provisão para Operações de Crédito	81.976	36.154	126,70%	^
Total	189.815	141.464	34,20%	^

O Banco apresentou um aumento nos custos e despesas de 34,20% no 1º semestre de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento da provisão para operações de crédito; crescimento significativo das operações de crédito; e aumento na probabilidade de inadimplência dos clientes que apresentam atraso superior a 31 dias em suas obrigações.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M	
Proventos	138.986	128.425	8,2%	^
Benefícios	36.201	35.436	2,2%	^
Encargos Sociais	52.378	45.441	15,3%	^
Treinamentos e Outros	3.089	3.023	2,2%	^
Total	230.654	212.325	8,6%	^

As despesas com pessoal no 1º semestre de 2021 aumentaram em 8,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em decorrência do plano de expansão da rede de agências e ao acordo firmado com os empregados para a aposentadoria compulsória, de que trata a EC nº 103/2019.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M
Serviços de Terceiros	58.759	52.263	12,4% ^
Consumo, Manutenção e Materiais	41.371	33.468	23,6% ^
Sistema de Processamento de Dados	54.777	36.928	48,3% ^
Depreciação e Amortização	21.782	17.001	28,1% ^
Alugueis	16.041	10.776	48,9% ^
Propaganda e Publicidade	14.247	11.563	23,2% ^
Transporte	14.227	15.520	-8,3% v
Outras Despesas Administrativas	4.143	3.747	10,6% ^
Total	225.346	181.267	24,3% ^

As despesas administrativas tiveram um aumento de 24,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciado pelo aumento das despesas com aluguéis de novos contratos e reajuste nos demais; aumento nas despesas de amortização em virtude da conclusão dos projetos relacionados com o ativo intangível do Banco; e aumento das despesas com processamento de dados, propaganda e publicidade.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	5.132	4.659	10,20% ^
Contribuição ao COFINS	31.580	28.669	10,20% ^
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.372	3.156	6,80% ^
Outras Despesas Tributárias	1.150	1.022	12,50% ^
Total	41.234	37.506	9,90% ^

As despesas tributárias apresentaram no 1º semestre de 2021 aumento de 9,90%, reflexo do crescimento das receitas no mesmo período.

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	1S2021	1S2020	V12M
Provisão para Outros Créditos	2.497	3.089	-19,10% v
Despesas de Provisões Passivas	7.821	7.514	4,10% ^
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	1.342	1.181	13,70% ^
Outras Despesas Operacionais	932	400	133,20% ^
Total	16.970	12.797	32,60% ^

No 1º semestre de 2021, as Outras Despesas Operacionais obtiveram um aumento de 32,60% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, ocasionado pelo aumento das transações com ordens de pagamento em moeda estrangeira; aumento da despesa com estorno de renda utilizada

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



quando as contas de receita não possuem saldo suficiente para se efetuar o estorno, com destaque para as variações negativas das taxas de câmbio que ensejaram seu aumento considerável; aumento da despesa com ações cíveis em decorrência de cumprimento de sentença judicial; e de outras despesas operacionais.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia.

A *Standard & Poor's*, em novembro de 2020, manteve o *rating* do Banco em escala global e nacional, devido ao resultado da exposição a segmentos e ativos mais arriscados, o qual contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável, mesmo durante o período de crise econômica.

Houve, igualmente, destaque à extensa rede de agências em todo o Estado do Pará, incluindo áreas remotas onde os demais bancos privados não operam. Além disso, o índice de inadimplência tem diminuído nos últimos 6 anos, tendo atingido um nível historicamente baixo no ano de 2020.

Em junho de 2021, a *S&P* alterou a perspectiva do *rating* do Banpará de Negativa para Estável após melhora nas finanças do Estado do Pará e reafirmou os *ratings* de crédito.

A *Moody's Investors Service*, por sua vez, em dezembro de 2020, elevou o *rating* de depósito em moeda estrangeira do Banpará de Ba3 para Ba2, sendo um reflexo do aumento do teto em moeda estrangeira para o Brasil de Ba2 estável para Baa2. Nesse sentido, assegurou que o Banco alcançasse evolução no índice de inadimplência em 90 dias, além de apresentar medidas de suporte ao crédito, reduzindo as taxas de empréstimos consignados.

Os relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br), bem como no *site* da CVM (www.cvm.gov.br).

Composição Acionária

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	193	0,0020%
Outros	1.268	0,0133%
Total	9.521.649	100,00%

O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

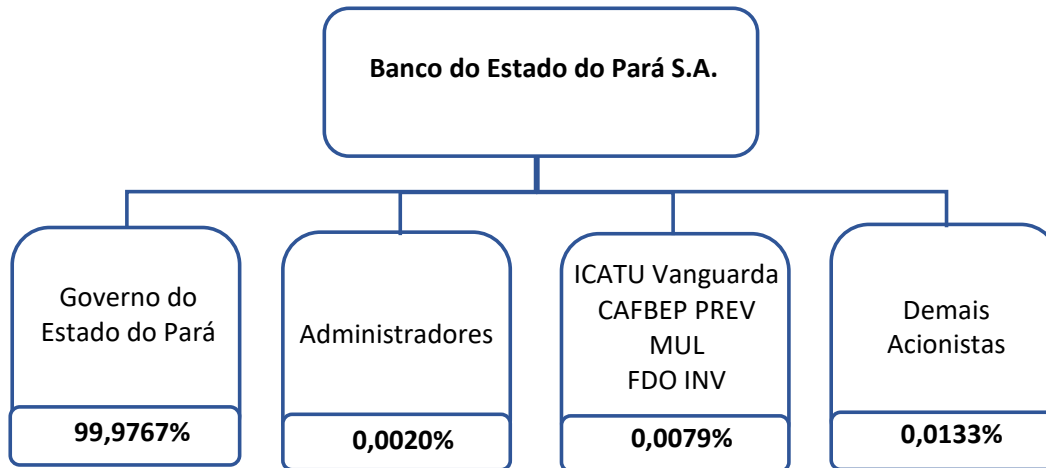
O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito a voto.

Comentário do Desempenho

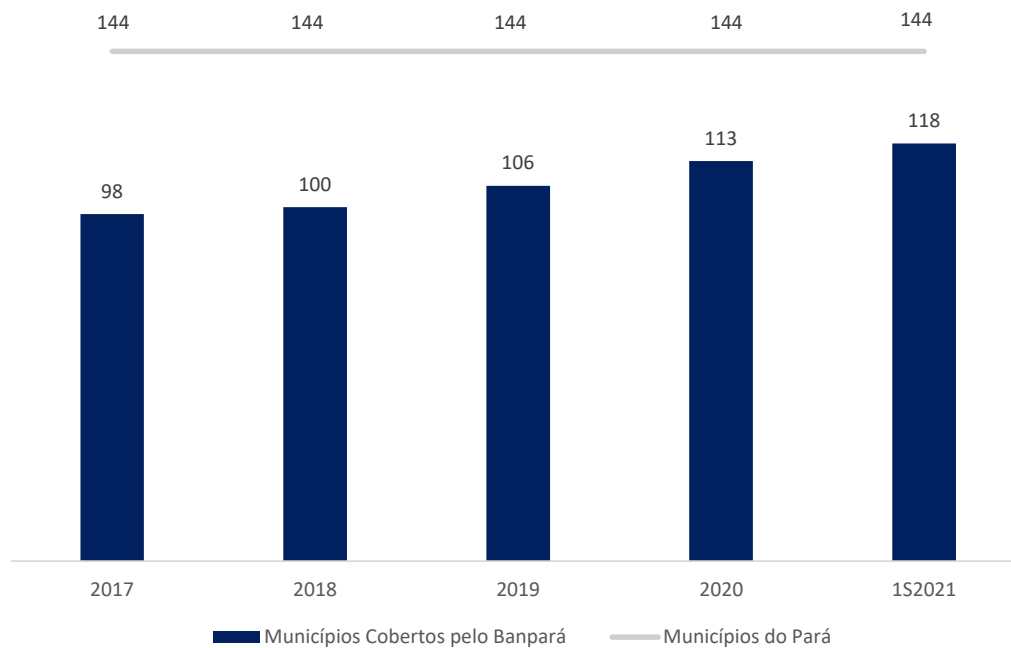
Relatório da Administração 1S2021



Organograma Societário



Cobertura Geográfica



Base: 1S2021

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 1S2021 e 1S2020

Região de Integração ¹	1S2021			1S2020		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	14	41	34,15%	13	40	30,95%
Baixo Amazonas	13	43	30,23%	12	45	27,27%
Carajás	12	53	22,64%	11	56	19,64%
Guajará ²	18	135	13,24%	18	145	12,86%
Guamá	13	37	35,14%	11	38	30,56%
Lago de Tucuruí	5	23	21,74%	5	23	21,74%
Marajó	10	20	50,00%	10	21	47,62%
Rio Caetés	12	28	42,86%	11	28	39,29%
Rio Capim	12	42	28,57%	11	43	26,83%
Tapajós	6	14	42,86%	5	12	38,46%
Tocantins	12	42	28,57%	12	42	28,57%
Xingu	8	26	30,77%	6	26	23,08%
Total	135	505	26,73%	125	512	24,41%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BC – Relação de Agências (base: Junho/2021 e Junho/2020).

MARKET SHARE EM RELAÇÃO AO MERCADO - % - NO ESTADO: 1S2021, 1S2020 e 1S2019 (Valores em R\$ mil)

	1S2021 ¹			1S2020			1S2019		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósito a prazo	7.149.001	17.183.777	41,60%	5.031.913	13.976.212	36,00%	4.237.186	11.372.053	37,26%
Depósito à vista	1.116.476	5.440.537	20,52%	1.030.903	5.242.604	19,66%	661.645	3.300.283	20,05%
Depósito de poupança	1.367.048	14.014.899	9,75%	1.239.816	12.715.347	9,75%	968.946	10.134.985	9,56%
Operações de crédito	6.790.604	32.633.610	20,81%	5.854.347	27.402.389	21,40%	4.428.703	24.187.761	18,3%

¹ Valores com base no mês de Abril/2021.

Fonte: BC – Estban referente ao 2º trimestre de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará, no 1º semestre de 2021, disponibilizou 3.837 vagas em eventos de capacitação (cursos, *summits*, palestras, *webinar*, *workshops*...), distribuídas entre as áreas de interesse do Banco. Foram ao todo 1.342 horas de conteúdo distribuídos em 71 treinamentos.

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Desde o início desse ano, a UniBanp, em parceria com diversas áreas, vem lançando treinamentos online para atendimento das necessidades do negócio. O ensino a distância (EAD) já experimentava um crescimento constante em nossos modelos de capacitação, mas, neste ano, considerando o cenário pandêmico do Covid 19 foi necessária a intensificação dessa modalidade.

Dentre os temas disponibilizados neste trimestre, destacamos:

Programa de Aculturação de Ciber Segurança e Proteção de Dados para todos os empregados do Banco, a fim de disseminar conhecimento sobre a importância da segurança cibernética.

Curso Trilhas de Carreira e Aprendizagem, visando à capacitação das equipes da Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas e Processos (GERCA E UNIBANP), a fim de subsidiar a elaboração/construção das Trilhas de Carreira e Aprendizagem de todos os cargos e funções do Banco.

Workshop sobre a Gestão da Continuidade de Negócios para todos os colaboradores do Banco, com foco na disseminação do conhecimento, conscientização e aculturação sobre as boas práticas relacionadas a matéria.

Teste de Estresse no contexto da Resolução CVM 4.557/2017, para os funcionários da Superintendência de Gestão de Risco Financeiro, objetivando apresentar e discutir os aspectos centrais do processo de testes de estresse. Observando os instrumentos regulatórios e tendo como referência as boas práticas vigentes.

Formação de Caixa Executivo, realização de 04 turmas, visando a capacitação de novos bancários sobre as rotinas e procedimentos inerentes a função de caixa.

Outros assuntos também foram objeto de estudo: Treinamento PIX (172 empregados) e APP Banpará consignado (192 empregados) para todas as unidades do Banco; Programa *Security Day* em parceria com o INFI para todos empregados; Treinamento do MNP de Planejamento de Contratação de Soluções TIC (599 empregados); 1º Workshop – Processo de Gestão de Risco Operacional (156 empregados); Atendimento ao Cliente Idoso (305); Ética (113 empregados) entre outros.

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, os colaboradores recebem incentivo financeiro para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no 1º ano de 2021, um total de 132 empregados.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro, de gestão de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com as recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Para tanto, o Banco possui o Núcleo de Controle Interno e de Compliance, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do Compliance e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes; e a Superintendência de Gestão de Risco Operacional, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidor (CRO).

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos é realizado pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a risco financeiro e risco socioambiental, bem como realiza o gerenciamento de capital. Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida e as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a SURIS disponibiliza aos Órgãos de Governança relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, o qual se origina da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades.

No gerenciamento do risco de mercado são realizadas a medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados pela instituição, realização de testes de estresse, inclusive contemplando quebra de premissas, cujos resultados sejam considerados no estabelecimento ou revisão das políticas e limites para adequação de capital.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira. O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações, São avaliados, ainda, por meio de cenários prospectivos aos riscos eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo Núcleo de Análise ou Comitês de Crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se para pessoa jurídica o risco do grupo econômico.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define níveis crescentes de risco de AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

A mensuração do risco de crédito é realizada também por meio de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações, define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimento dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional, visando à ampliação da resiliência e solidez dos Bancos, criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACPContracíclico), no máximo 2,5% do montante do RWA:

O fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;

- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACPSistêmico), até 2% do montante do RWA:

O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;

- Adicional de conservação de capital principal (ACPConservação), 1,625% do montante do RWA;

Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACPConservação de 1,625%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõem o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 9,625%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de Índice de Basileia - IB, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.

Para o 1º semestre de 2021, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital – R\$ milhões			
	1S2021	1S2020	V12M
Patrimônio de Referência	1.448	1.309	10,62%
PR Nível I	1.448	1.309	10,62%
PR Nível II	-	-	-
Índice de Basileia	20,22%	22,13%	-8,63%

Comentário do Desempenho

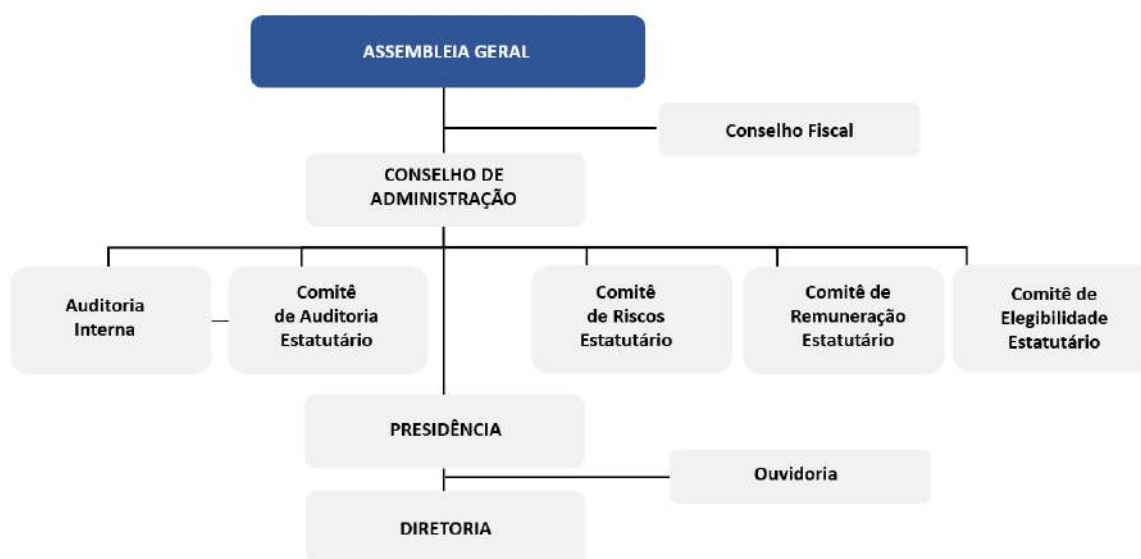
Relatório da Administração 1S2021



O Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu no 1º semestre de 2021, o montante de R\$ 1,448 bilhão, um aumento de 10,62% quando comparado com o 1º semestre de 2020, à variação do PR deve-se a apuração de lucro gerado para o período. O Índice de Basileia – IB foi de 20,22% no 1º semestre de 2021, uma redução de -8,63% em relação ao 1º semestre de 2020, devido ao crescimento em maior proporção dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (21,07%) em relação ao crescimento do PR, mesmo assim, o IB ficou acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%) e do exigido pelo Bacen (9,625%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e compliance podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>.

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da Administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica. A Companhia atualmente dispõe de 4 Comitês de Assessoramento, que auxiliam diretamente o Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comitê de Remuneração Estatutário e Comitê de Riscos Estatutário. Cada Comitê possui seu Regimento Interno que estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, de acordo com as orientações e disposições contidas na Política Institucional de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê Remuneração Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, na conformidade da legislação em vigor e do Estatuto Social do Banpará.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada diretamente ao Conselho de Administração e tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Controles Internos e *Compliance*

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação do Banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance* são realizados monitoramento a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados mensalmente e trimestralmente à Diretoria Colegiada, bem como trimestralmente ao Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD-FT e

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



metodologia de avaliação de risco de PLD-FT, com ferramentas de monitoramento, gestão dos procedimentos das políticas conheça seu cliente, conheça seu funcionário, conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços, transações e tecnologias.

Ouvidoria

Exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 2.527/2011. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020. No 1º semestre de 2021 foram analisadas 598 demandas, sendo 204 procedentes e 394 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições em Relatórios mensais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CVM nº 4.860/2020; Carta Circular BC nº 3.503/2010 e Circular BC nº 3.778/2015; Instrução CVM nº 529/2012; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 2.527/2011; e Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019 (SARB - Sistema de Autorregulação Bancária), exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis, tendo sido atendidas no 1º semestre de 2021 o quantitativo de 404 manifestações em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento do normativo em 67,56%, do total de 598 registradas.

Sustentabilidade e Ações Sociais

Nossa estratégia de gestão visa ao fortalecimento econômico, social e ambiental do Estado do Pará, com base em critérios de sustentabilidade, assegurando a inclusão e disseminação de práticas socioambientais responsáveis nas ações diretas e indiretas, dentro e fora da Instituição, a fim de mitigar o risco socioambiental inerente aos negócios do Banpará, alinhados às melhores práticas de mercado.

Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as normatizações dos órgãos reguladores. Os conceitos da Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA do Banpará atendem a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução CVM nº 4.327/2014, no que tange às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

Publicamos o Plano Anual de Implementação da PRSA - 2021 no site institucional e na intranet do Banco, para que os públicos interno e externo tenham acesso as ações programadas.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Confeccionamos e aplicamos consulta pública para a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental, buscando o apoio da sociedade, visando estimular as partes interessadas no tema a contribuírem no processo de atualização da política, conforme prevê a citada Resolução.

Realizamos pesquisas para estruturar a Agenda ASG do Banpará, que está de acordo com as melhores práticas de mercado e tem como objetivo conduzir e apontar o direcionamento das ações voltadas a uma estratégia consistente de sustentabilidade, contribuindo para uma sociedade mais verde e inclusiva.

Apoiamos programas voltados à responsabilidade socioambiental, alinhados à missão do Banco, acompanhamos o consumo de energia elétrica, papel e descartáveis. E, ainda, realizamos a distribuição de 86 canecas aos colaboradores para mitigar o uso de descartáveis nas dependências do Banco.

Realizamos coleta seletiva periódica, ajudando a promover a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará. No 1º semestre de 2021 foram recolhidos, por meio da coleta seletiva, aproximadamente, 2.219 kg de materiais recicláveis. Foi realizado também o descarte ambientalmente correto de 7,5 kg de pilhas e baterias no ponto autorizado da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, localizado no Tribunal de Justiça - PA.

Da mesma forma, mantivemos o apoio aos projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos: Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes com câncer e outras patologias crônicas em tratamento na capital; e Espaço Nova Vida, que dá apoio e tratamento ao dependente químico.

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como diretriz criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável:

- **Fundo Esperança** - criado em 20 de março de 2020, por meio da Lei Estadual nº 9.032 de 20/03/2020, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618 de 20/03/2020 e alterado pelo Decreto nº 1.352 de 04/03/2021, com o objetivo de conceder empréstimos as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da Pandemia Covid 19.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração - SEDEME e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

As contratações, no ano de 2020, ocorreram no período de 27/03/2020 a 31/08/2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores. Além das contratações de 2020, foi vislumbrada a necessidade de continuação do Fundo devido ao agravamento da Pandemia Covid 19 no início de 2021, desta forma, foram abertas novas contratações do programa no período de 17/03/2021 até o dia 15/06/2021, sendo liberados nesse período recursos na ordem de R\$ 135 milhões beneficiando cerca de 47 mil empreendedores.

- **CREDCIDADÃO** - Programa de microcrédito do Governo do Pará, instituído desde 2004, por meio da Lei Estadual nº 5.674, de 21/10/1991.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem sua gestão compartilhada por meio de convênio com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações que ocorreram durante o 1º semestre de 2021 totalizaram R\$ 3.148.900,00.

- **Microcrédito** - O Banpará disponibilizou no 1º semestre de 2021, com recursos próprios, mais de R\$ 11 milhões em cerca de 1.127 operações destinados a micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive via linhas exclusivas a mulheres e aos mototaxistas.

As principais linhas de microcrédito com recursos próprios, Banpará Comunidade e Banpará Comunidade Mototaxista, destacaram-se neste semestre, tendo uma maior visibilidade tanto para o público interno quanto externo com ações em redes sociais, parcerias com órgãos da sociedade civil, entre outros, tendo um aumento de mais de 6 vezes no volume de contratação em relação ao mesmo período de 2020.

- **Nas linhas destinadas ao crédito rural e de repasse do BNDES** - O Banpará teve como resultado o total de R\$ 9.241.086,21 em contratações. Os volumes financeiros correspondem a R\$ 2.334.819,40 em Crédito Rural e mais de R\$ 6.906.266,81 em operações do BNDES FINAME.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2021



Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1º semestre de 2021 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores pela confiança em nós depositada.

Diretor-Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretores

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ruth Pimentel Mello

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Bruno Bitar Morhy

Chefe de Relações com Investidores e Governança Corporativa Interina

Larissa Wanghon Monteiro Raiol

Notas Explicativas



1 S 2021

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04 R1);

Resolução CMN nº 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução CMN nº 4.818/20 – Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27);

Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);

Circular BACEN nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41).

Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46); e

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 09 de agosto de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas,

Notas Explicativas

tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 19 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 4.720/2019), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Notas Explicativas

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para

Notas Explicativas

financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de

Notas Explicativas

crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

Notas Explicativas

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do

Notas Explicativas

Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos

Notas Explicativas

futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 13.

Notas Explicativas

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL, conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.842/2020 e CMN nº 4.192/2013, suportados por estudo de capacidade de realização.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, que alterou a alíquota da CSLL, por se tratar de uma disposição transitória, cuja vigência da alíquota de 25% será aplicada de julho a dezembro de 2021 e que todo o efeito fiscal se compensará dentro do mesmo exercício social, bem como, da diferença prevista de CSLL do período não se mostrar relevante do ponto de vista da materialidade, optamos por não ativar a respectiva diferença de crédito tributário

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Notas Explicativas

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Caixa	176.485	199.597
Disponibilidades em moeda nacional	161.842	195.593
Disponibilidades em moeda estrangeira	14.643	4.004
Equivalente de Caixa	2.130.990	1.069.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.130.990	1.069.988
Total	2.307.475	1.269.585

Notas Explicativas

O montante de R\$ 2.307.475 em 30 de junho de 2021 (R\$ 1.269.585 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações - Mercado Aberto	2.130.991	1.069.988
Posição bancada	2.130.991	1.069.988
Letras Financeiras do Tesouro	1.434.996	833.985
Letras do Tesouro Nacional	300.000	186.001
Notas do Tesouro Nacional	395.995	50.002
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	668.280	731.500
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	668.280	731.500
Total	2.799.271	1.801.488

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Posição Bancada	18.308	28.722	3.231	7.120
Posição Financiada	-	-	1.370	4.564
Depósitos Interfinanceiros	3.238	5.714	4.187	8.861
Total	21.546	34.436	8.788	20.545

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	30.06.2021	31.12.2020
Livres	937.750	865.390
Letras Financeiras do Tesouro	860.323	781.235
CVS	75.565	82.329
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	1.862	1.826
Vinculados a operações compromissadas	74.612	167.112
Letras Financeiras do Tesouro	74.612	167.112
Vinculados ao Banco Central	24.138	-
Letras Financeiras do Tesouro	24.138	-
Vinculados à prestação de garantia	8.663	8.569
Letras Financeiras do Tesouro	8.663	8.569
Total	1.045.163	1.041.071
Circulante	967.736	956.916
Não Circulante	77.427	84.155

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.06.2021	31.12.2020
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	187.347	131.724	288.092	339.098	21.475	967.736	956.916
Títulos públicos	187.347	131.724	288.092	339.098	21.475	967.736	956.916
Letras financeiras tesouro	187.347	131.724	288.092	339.098	21.475	967.736	956.916
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	1.862	75.565	77.427	84.155
Títulos públicos	-	-	-	-	75.565	75.565	82.329
CVS	-	-	-	-	75.565	75.565	82.329
Títulos privados	-	-	-	1.862	-	1.862	1.826
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.862	-	1.862	1.826
TOTAL EM 30.06.2021	187.347	131.724	288.092	340.960	97.040	1.045.163	-
TOTAL EM 31.12.2020	484	184.942	173.921	408.483	273.241	-	1.041.071

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro 2020. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Notas Explicativas

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021	31.12.2020
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	973.559	967.736	961.788	956.916	(5.823)	(4.872)
Letras financeiras do tesouro	973.559	967.736	961.788	956.916	(5.823)	(4.872)
Mantidos até o vencimento (a)	77.427	77.427	84.155	84.155	-	-
CVS	75.565	75.565	82.329	82.329	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.862	1.862	1.826	1.826	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.06.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	967.736	967.736	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	75.565	-	75.565
Cotas de fundos de invest. Em participações.	1.862	1.862	-
Total	1.045.163	969.598	75.565

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2020	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	956.916	956.916	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	82.329	-	82.329
Cotas de fundos de invest. Em participações	1.826	1.826	-
Total	1.041.071	958.742	82.329

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Notas Explicativas

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Rendas de títulos de renda fixa	8.340	13.801	7.513	17.416
Rendas com cotas de fundos de investimento	18	51	7	45
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(537)	(962)	(121)	(347)
Total	7.821	12.890	7.399	17.114

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	12.608	27.703
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	247.545	241.357
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	272.880	274.507
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	66.681	65.506
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	15.783	5.526
Total	615.497	614.599
Circulante	548.815	549.093
Não Circulante	66.681	65.506

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 66.681 em 30 de junho de 2021 (R\$ 65.506 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	30.06.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	7.310.331	6.269.511
Adiantamentos a Depositantes	539	1.014
Empréstimos	7.161.673	6.202.110
Outros Financiamentos	6.642	4.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.390	3.400
Financiamentos Imobiliários	137.087	58.773
Outros Créditos	70.072	57.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	49.379	48.300
Operações de Câmbio	20.693	9.537
Total da Carteira de Crédito	7.380.403	6.327.348
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(205.845)	(174.796)
Operações de Créditos	(202.677)	(172.410)
Outros Créditos (Nota 8)	(3.168)	(2.386)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	7.174.558	6.152.552
Circulante	2.094.673	1.841.364
Não Circulante	5.079.885	4.311.188

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2021	31.12.2020
Pessoa Física	7.252.076	6.239.646
Consignados	5.503.914	4.748.857
Banparacard	1.342.223	1.249.288
Cheque especial	2.714	1.815
Cartão de crédito	16.359	12.930
Sazonais	74.824	1.143
Imobiliário	129.472	54.490
Outros	182.570	171.123
Pessoa Jurídica	128.327	87.702
Cheque empresarial	3.203	1.392
Capital de Giro	89.310	65.838
Imobiliário	7.615	4.282
Outros	28.199	16.190
Total	7.380.403	6.327.348

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2021	31.12.2020
Parcelas Vincendas	1.222.426	5.734.747	64.382	62.184	67.395	21.420	17.751	56.462	76.661	7.323.428	6.272.333
Até 30 dias	30.667	185.599	8.497	4.735	10.974	1.189	1.999	2.019	4.214	249.893	213.192
31 a 60 dias	12.682	67.741	6.404	1.800	3.129	700	801	1.013	2.191	96.461	204.399
61 a 90 dias	27.720	163.584	4.874	4.978	3.815	827	734	1.447	2.846	210.825	187.038
91 a 180 dias	91.689	503.355	10.113	12.065	6.682	2.261	2.106	4.031	7.286	639.588	409.469
181 a 360 dias	137.514	735.878	12.501	11.957	14.313	3.634	2.161	6.826	11.300	936.084	859.101
Acima de 360 dias	922.154	4.078.590	21.993	26.649	28.482	12.809	9.950	41.126	48.824	5.190.577	4.399.134
Parcelas Vencidas	169	5.171	1.937	2.133	7.040	2.394	2.910	5.900	29.321	56.975	55.015
Até 14 dias	166	5.171	415	461	602	215	267	429	1.432	9.158	12.458
15 a 30 dias	3	-	1.522	253	449	169	115	76	265	2.852	2.875
31 a 60 dias	-	-	-	1.419	4.753	555	460	977	2.106	10.270	6.845
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.236	589	641	1.153	2.190	5.809	5.398
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	866	1.427	3.265	7.594	13.152	12.749
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	15.734	15.734	14.690
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EM 30.06.2021	1.222.595	5.739.918	66.319	64.317	74.435	23.814	20.661	62.362	105.982	7.380.403	-
TOTAL EM 31.12.2020	1.098.833	4.888.118	45.425	43.502	71.454	21.590	14.066	54.298	90.062	-	6.327.348

d. Por Setores de Atividade

Setores	30.06.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	7.247.036	98,19	6.236.350	98,56
Varejo Pessoas Jurídicas	122.339	1,66	83.392	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	4.390	0,06	3.400	0,05
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	6.638	0,09	4.206	0,06
Total	7.380.403	100,00	6.327.348	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	12.267	0,17	14.956	0,24
10 maiores devedores	60.202	0,82	36.511	0,58
20 maiores devedores	23.799	0,32	18.869	0,30
50 maiores devedores	43.795	0,59	37.492	0,59
100 maiores devedores	70.474	0,95	60.812	0,96
Demais devedores	7.169.866	97,15	6.158.708	97,33
Total	7.380.403	100,00	6.327.348	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no início do período	(172.410)	(145.246)
Provisões constituídas	(431.643)	(225.246)
Reversões de provisões	350.449	189.198
Valores baixados ou compensados com créditos	50.926	47.148
Saldo final do período	(202.678)	(134.146)
Outros créditos - Saldo no início do período	(2.386)	(1.172)
Provisões constituídas	(10.732)	(3.888)
Reversões de provisões	9.950	3.782
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.168)	(1.278)
Saldo final do período	(205.846)	(135.424)
Circulante	(95.155)	(78.567)
Não Circulante	(110.691)	(56.857)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	30.06.2021	30.06.2020
Saldo no início do período	98.712	99.569
Renegociação	20.621	22.595
Recebimentos	(11.616)	(30.823)
Baixas	(4.853)	(3.687)
Saldo final do período	102.864	87.654
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	59.623	50.894
Percentual de Provisonamento da Carteira de Renegociação	57,96%	58,06%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Adiantamento a depositante	69	125	48	254
Empréstimo	387.413	755.584	354.719	703.977
Financiamento com interveniência	270	583	6	17
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	12.163	21.617	7.894	22.211
Financiamentos rurais	36	70	53	120
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	2.054	3.388	27	37
Total	402.005	781.367	362.747	726.616

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Carteira de câmbio	19.640	9.290
Créditos a receber	3.195	2.745
Serviços prestados a receber	3.100	2.586
Serviços prestados em arranjo de pagamento	95	159
Créditos diversos	363.528	466.349
Adiantamento e antecipações salariais	13.236	4.568
Adiantamento para pagamento	96.002	213.948
Devedores por depósitos em garantia (a)	94.275	90.535
Imposto e contribuições a compensar	82.707	79.149
Pagamentos a ressarcir	1.829	1.733
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.528	4.285
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	49.379	48.300
Devedores diversos – País (c)	21.572	23.831
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.454)	(6.208)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.168)	(2.386)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.286)	(3.822)
Circulante	379.909	472.176

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 49.379 em 30 de junho de 2021 (R\$ 48.300 em 31 de dezembro de 2020) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2021	31.12.2020
BANPARÁ Mastercard	46.409	43.253
Valores a Faturar	7.206	7.383
Faturados a Receber	14.214	11.587
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	24.989	24.283
Cartão BANPARÁ	2.970	5.047
Parcelado sem juros	2.970	5.047
Total	49.379	48.300

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 21.572 em 30 de junho de 2021 (R\$ 23.831 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.286 em 30 de junho de 2021 (R\$ 3.822 em 31 de dezembro de 2020).

Contas	30.06.2021	30.12.2020
Saldo no início do período	(3.822)	(2.154)
Provisões constituídas	(2.497)	(7.009)
Reversões de provisões	3.033	5.341
Saldo final do período	(3.286)	(3.822)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	350	56.774	22.268	9.601	100.757	10.702	171	200.623
Depreciação Acumulada	-	(36.089)	(12.689)	(4.669)	(82.810)	(6.057)	(171)	(142.485)
Líquido 31.12.2020	350	20.685	9.579	4.932	17.947	4.645	-	58.138
Aquisições	1.022	-	831	1.066	135	2.297	-	5.351
Baixas Custo	-	-	(30)	(11)	(91)	(5)	-	(137)
Baixas Depreciação	-	-	24	8	86	5	-	123
Depreciação	-	(570)	(916)	(458)	(3.687)	(478)	-	(6.109)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	1.022	(570)	(91)	605	(3.557)	1.819	-	(772)
Custo	1.372	56.774	23.069	10.656	100.801	12.994	171	205.837
Depreciação Acumulada	-	(36.659)	(13.581)	(5.119)	(86.411)	(6.530)	(171)	(148.471)
Líquido 30.06.2021	1.372	20.115	9.488	5.537	14.390	6.464	-	57.366

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	168.503	6.818	3.000	17.682	196.003
Amortização Acumulada	(54.508)	-	(250)	-	(54.758)
Líquido 31.12.2020	113.995	6.818	2.750	17.682	141.245
Aquisições	27	3.870	-	-	3.897
Baixas Custo	(13.449)	-	-	(308)	(13.757)
Baixas Amortização	13.449	-	-	-	13.449
Amortização	(14.923)	-	(750)	-	(15.673)
Transferências	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	(14.896)	3.870	(750)	(308)	(12.084)
Custo	155.081	10.688	3.000	17.374	186.143
Amortização Acumulada	(55.982)	-	(1.000)	-	(56.982)
Líquido 30.06.2021	99.099	10.688	2.000	17.374	129.161

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Circulante	8.177.754	6.368.968
Depósitos à vista	1.261.085	988.318
Depósitos do público	311.742	271.552
Depósitos de instituições financeiras	440	437
Depósitos vinculados	10.450	2.556
Depósitos de Governo	938.453	713.773
Depósitos a prazo	5.335.630	3.745.506
Depósitos de poupança	1.390.357	1.396.112
Depósitos interfinanceiros	190.682	239.032
Não Circulante	2.181.879	2.107.852
Depósitos a prazo	2.181.879	2.107.852
Total	10.359.633	8.476.820

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2021	31.12.2020
Sem vencimento	1.261.085	1.072	-	1.390.357	2.652.514	2.385.576
Até 30 dias	-	85.866	190.682	-	276.548	62.485
De 31 a 60 dias	-	36.459	-	-	36.459	78.134
De 61 a 90 dias	-	135.522	-	-	135.522	128.397
De 91 a 180 dias	-	474.593	-	-	474.593	432.911
De 181 a 360 dias	-	4.602.118	-	-	4.602.118	3.281.465
Acima de 360 dias	-	2.181.879	-	-	2.181.879	2.107.852
Total	1.261.085	7.517.509	190.682	1.390.357	10.359.633	8.476.820

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2021	31.12.2020
Sociedades ligadas	867.713	4.569.594	-	-	5.437.307	3.906.360
Pessoas físicas	199.814	1.185.429	-	1.359.858	2.745.101	2.643.817
Invest. Institucionais	-	2.004	-	-	2.004	2.002
Instituição Financeira	440	-	190.682	-	191.122	239.468
Pessoas jurídicas	114.599	1.186.687	-	30.499	1.331.785	1.407.565
Governo municipal	74.834	573.795	-	-	648.629	276.100
Outros	3.685	-	-	-	3.685	1.508
Total	1.261.085	7.517.509	190.682	1.390.357	10.359.633	8.476.820

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.06.2021	31.12.2020
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	74.480	167.037
Total	74.480	167.037

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Notas Explicativas

e. Despesas de captação

	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Depósitos de poupança	(7.545)	(12.968)	(7.291)	(15.784)
Depósitos interfinanceiros	(1.657)	(2.836)	(1.629)	(3.577)
Depósitos a prazo	(52.118)	(81.407)	(28.764)	(68.294)
Depósitos judiciais	(15)	(29)	(14)	(28)
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	(846)	(1.257)	(2.875)	(7.588)
Letras financeiras	(663)	(1.438)	(2.003)	(4.708)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(2.988)	(5.822)	(2.076)	(4.048)
Total	(65.832)	(105.757)	(44.652)	(104.027)

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.06.2021	31.12.2020
Circulante	41.219	138.363
Recursos de Letras Financeiras	41.219	138.363
Não Circulante	3.632	11.382
Recursos de Letras Financeiras	3.632	11.382
Total	44.851	149.745

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Circulante	312.645	240.655
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	39.930	106
Sociais e estatutárias	254	11.710
Fiscais e previdenciárias	24.523	33.490
Cheque administrativo	63	1.421
Obrigações por convênios	21.899	9.485
Obrigações por prestação de serviços	40.577	37.259
Provisão para pagamentos a efetuar	104.384	75.868
Credores diversos – País (a)	20.090	10.149
Passivos para risco – Trabalhista	39.050	37.763
Passivo para risco – Cível	16.956	15.340
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	102	101
Obrigações por Transações de Pagamento	3.947	6.846
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	732	979
Obrigações p/Fundos Finac. Desenv.	138	138
Não Circulante	7.449	7.363
Passivo para risco - Tributário	7.449	7.363
Total	320.094	248.018

Notas Explicativas

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.06.2021	31.12.2020
Circulante	160.492	129.072
Provisão com Pessoal	36.407	23.229
Provisão com PLR	22.932	16.762
Provisão para outras despesas administrativas	43.015	34.142
Passivo para risco – Trabalhista	39.050	37.763
Passivo para risco – Cível	16.956	15.340
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	102	101
Outros	2.030	1.735
Não Circulante	7.449	7.363
Passivo para risco - Tributário	7.449	7.363
Total	167.941	136.435

O montante de credores diversos totaliza R\$ 20.090 em 30 de junho de 2021 (R\$ 10.149 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2021 é R\$ 16.955 (R\$ 14.551 em 30 de junho de 2020).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 62.993 em 30 de junho de 2021 (R\$

Notas Explicativas

39.892 em 30 de junho de 2020) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 39.050 em 30 de junho de 2021 (R\$ 34.785 em 30 de junho de 2020).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.592 em 30 de junho de 2021 (R\$ 10.143 em 30 de junho de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2021 é R\$ 7.450 (R\$ 7.304 em 30 de junho de 2020).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 19.660 em 30 de junho de 2021 (R\$ 19.403 em 30 de junho de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	30.06.2021			30.06.2020		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182
Atualização monetária	2.346	1.695	87	3.319	974	122
Constituições	3.086	607	-	2.926	173	-
Reversões	(1.601)	(463)	-	(3.622)	(994)	-
Pagamentos	(2.544)	(224)	-	(4.597)	(138)	-
No final do Período	39.050	16.955	7.450	34.785	14.551	7.304

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	193	0,002	154	0,000
Demais Acionistas	1.268	0,013	1.307	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.626	2.023	9.521.649	0,021

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 30 de junho de 2021 as ações em circulação totalizavam 2.023.

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do

Notas Explicativas

Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

15. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

No fechamento do 1º semestre de 2021 o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o perfil de risco e negócio da Instituição para cada segmento

Notas Explicativas

que operamos. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Banpará acompanha os créditos propostos desde a concessão até a liquidação, observando as regras de cobrança e recuperação.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias;
- Na constituição da Prov. p/ Perdas Esper. Assoc. ao Risco de Crédito, para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos;
- Elaboração de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, regiões, produtos, setores de atividade e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros);
- Realize reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas;
- O Banpará estabelece cenários de estresses para avaliação da resiliência do Banpará a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em portfolio específico.

O saldo total de crédito no mês de junho atingiu R\$ 7.380.403. O crescimento apresentado no 1º semestre de 2021 foi superior ao apresentado no último semestre

Notas Explicativas

de 2020, justificado, principalmente pelo aumento da margem consignável do crédito consignado (Lei Federal nº 14.131/2021).

O Banco, por nível de risco, concentra 96,11% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	30.06.2021		30.06.2020	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	1.222.594	16,57	1.098.833	17,37
A	5.739.918	77,77	4.888.118	77,25
B	66.320	0,90	45.425	0,72
C	64.316	0,87	43.502	0,69
D	74.436	1,01	71.454	1,13
E - H	212.819	2,88	180.016	2,84

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de juros, na variação cambial, nos preços de ações e mercadorias (commodities) e mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades, para isto são monitorados a volatilidade, *duration* e valor exposto das carteiras.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico e por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Notas Explicativas

Exposição por fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	30.06.2021	30.06.2020
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	2.100.995	900.010
USD	11.959	3.710
Euro	2.462	2.388
Cupom de IPCA	819	861
Ações (Fip Amazônia)	618	247
Número índice IPCA	0	861
Número índice IGP-M	0	3.852
Total	2.116.853	911.930

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de negociação, a análise sensibilidade considerando o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moeda estrangeira (exposições sujeitas variação cambial). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- **Cenário 1** - Situação Provável - os choques foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 252 du e 1 du da curva de expectativa;
- **Cenário 2** - Situação Possível - aplicou-se o percentual de 25% na taxa 252(aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%;
- **Cenário 3** - Situação Remota - aplicou-se o percentual de 50% na taxa 252 (aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de Risco						Total da Perda			
	Taxa de Juros		Moedas USD		Moedas EURO		1S2021	%PR	1S2020	%PR
	1S2021	1S2020	1S2021	1S2020	1S2021	1S2020				
Cen 1	(192)	-	(2.133)	(350)	(634)	(176)	(2.959)	-0,20%	(526)	-0,04%
Cen 2	(240)	(19)	(2.659)	(438)	(796)	(222)	(3.695)	-0,26%	(679)	-0,05%
Cen 3	(287)	(38)	(3.209)	(526)	(954)	(265)	(4.450)	-0,31%	(829)	-0,06%
							PR:1.408.300		PR:1.309.615	

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade da carteira *trading* demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio (*spot*). Ressalte-se que o elevado aumento do percentual de perda do PR (%PR) em relação a referência anterior deve-se ao aumento das operações de câmbio.

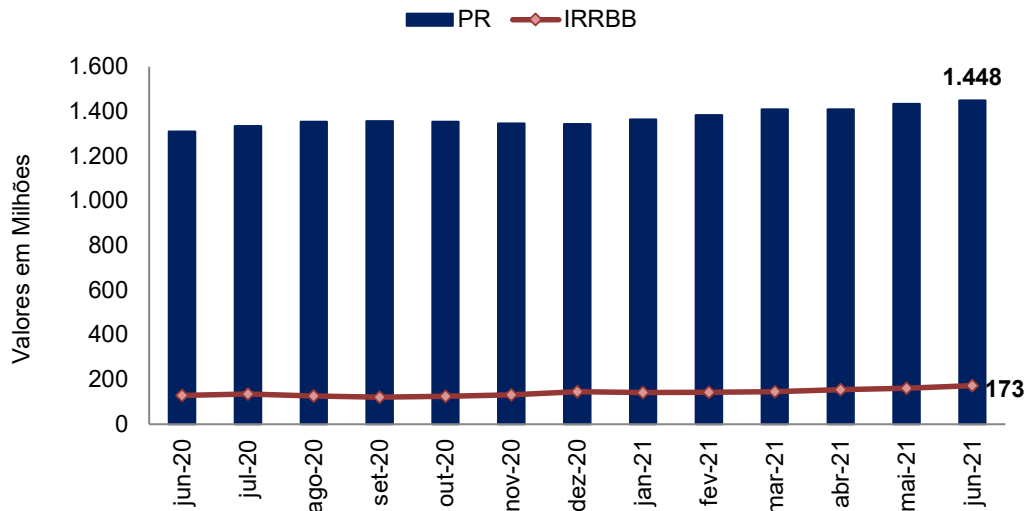
Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), o qual é definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará ($\text{IRRBB} = (\text{máx.}(\text{delta EVE; delta NII})) * 18\%$), segue resultado no gráfico abaixo, o qual nota-se que a metodologia se mantém quase que linear para o período entre o 1º semestre de 2020 e 2021.

Notas Explicativas



Risco de Liquidez:

Com a finalidade de identificar o risco de liquidez, de forma prospectiva, o Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e suas alterações posteriores e Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza cenários antecipatórios aos riscos, que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente os riscos de liquidez, administrando a capacidade de pagamento da Instituição, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

O Banpará elabora cenários prospectivos, nos quais são consideradas situações normais e de estresses financeiros severos, capazes de determinar eventuais impactos em sua condição de liquidez. Diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19 algumas premissas foram readequadas com o objetivo de demonstrar a resiliência e capacidade da Instituição em absorver níveis de perdas em todos os cenários simulados, identificando os potenciais passivos capazes de causar exposições contingentes e inesperadas.

São realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, para isto é monitorado o índice de gap médio (IG), que possibilita a observação das projeções de entradas e saídas da Instituição, considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

Notas Explicativas

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são informadas aos Órgãos de Governança via relatórios mensais e extraordinários, com intuito de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Ao final do 1º semestre de 2021 o Banpará apresentou estabilidade quanto ao seu risco de liquidez, tendo em vista que os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos em cenários de normalidade e estresse financeiro.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos

Notas Explicativas

Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado ao 31 de dezembro de 2020, observa-se uma redução no índice de Basileia de 3,24%, ocasionada principalmente pelo aumento em 11,42% na exposição dos ativos ponderados pelo risco – RWA em proporção maior que o crescimento do PR de 7,81%. Destaca-se o crescimento do PR em 7,81% em relação ao 31 de dezembro de 2020 é devido apuração de lucro para o período. Já a parcela de RWA o crescimento é influenciado principalmente pelo aumento de 11,66% no RWACPAD, devido ao incremento das operações de crédito (Financiamento imobiliário e operações de varejo) do Banco.

Notas Explicativas

ÍNDICE DE BASILEIA	30.06.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.448.300	1.343.334
Nível I	1.448.300	1.343.334
Capital Principal	1.448.300	1.343.334
Capital Social	1.473.122	1.300.664
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	-	183.914
Sobras ou Lucros Acumulados	104.340	-
Ajustes Prudenciais*	129.161	141.244
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	7.163.783	6.429.429
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	6.423.381	5.752.829
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	45.871	15.164
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	3.338	1.327
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	1.488	1.750
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	39.808	10.850
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	1.237	1.237
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	694.531	661.436
IRRBB	172.629	145.358
Valor de Margem Sobre PR	586.157	603.253
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	20,22%	20,89%

* O saldo de Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR em 1S21 foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACP_{Conservação} (conta 953 do DLO)

Os requerimentos de capital estão entre os principais instrumentos da regulação bancária que visa prevenir os bancos de tomarem riscos excessivos, e também ao proporcionar maior segurança ao sistema financeiro em momentos adversos da economia. A Resolução CMN nº 4.783/20 alterou os percentuais de ACP de Conservação (buffer), com o objetivo de ampliar a capacidade de concessão de crédito durante a pandemia do Covid-19, contudo tais alterações não afetaram o gerenciamento de capital do Banpará, uma vez que a margem sobre o Patrimônio de Referência tem como parâmetro gerencial o limite de 15% de IB estabelecido na RAS, Política Institucional de Gerenciamento de Capital e Plano de Contingência de Capital.

O Banpará permanece com o índice de Basileia bem acima do limite gerencial e limite estabelecido pelo Bacen.

Os percentuais a serem aplicados ao montante RWA, por prazos determinados, para fins de apuração da parcela ACP_{Conservação} são:

- 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;

Notas Explicativas

- 1,625% (um inteiro e seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento), no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- 2,00% (dois por cento), no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022;
- 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022.

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	30.06.2021	31.12.2020
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação}	116.411	80.368

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

16. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

16.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresentando as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida - CD
Situação	Ativo/Em funcionamento
Patrocinadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Banco do Estado do Pará S/A- BANPARÁ
Tipo de Patrocínio	Lei Complementar 108 e 109/01
Solidariedade	Não Aplicável
Quantidade de Grupo de Custeio	1

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- a) Renda temporária;

Notas Explicativas

- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

As informações referentes as estatísticas do grupo de assistidos são atualizadas semestralmente, segue abaixo as informações atualizadas:

	30.06.2021	31.12.2020
Participantes ativos		
Quantidade	1279	1.283
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.868	8.525
Participantes assistidos		
Quantidade	86	91
Idade média (anos)	72	71
Benefício médio (R\$)	1.622	1.662
Pensionistas		
Quantidade	39	42
Idade média (anos)	58	57
Benefício médio	1.269	1.093

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31 de maio de 2021 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de Avaliação Atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que destas é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

Notas Explicativas

As principais premissas atuarias na data do balanço (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31/12/2020	30/06/2021
Posição dos Dados	nov-20	mai-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição Familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Crescimento Real de Salários	2,24%	2,24%
Taxa de Rotatividade	N/A	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa Real Anual de Juros	4,30%	4,06%
Taxa de Inflação Projetada*	2,34%	6,00%
Taxa Anual de Juros	6,74%	10,30%
Expectativa de Retorno dos Ativos financeiros	6,74%	10,30%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de Atualização	INPC	INPC
<i>*Representa a inflação projetada para 2021 conforme informado pela Patrocinadora</i>		
Principais Premissas Atuarias		
Crescimento Real de Salários	2,24%	
Taxa Real Anual de Juros	4,06%	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

16.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

Notas Explicativas

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é deficitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas Prov. p/ Perdas Esper. Assoc. ao Risco de Crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do Plano.

Desta forma, houve variação positiva de aproximadamente de 9,89% no Ativo Justo do Plano. Adicionalmente, também se registra variação positiva de 0,31% no Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados em 31/12/2020, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela revisão da Taxa Real de Juros, consoante às determinações da CPC 33(R1), que reduziu em 0,24 p.p., corroborado pelo aumento da folha salarial e do número de participantes ativos.

Notas Explicativas

A) - Conciliação dos Ativos do Plano		
	31/12/2020	30/06/2021
Valor do Ativo Justo no início do período	1.800.297	2.149.678
Receita de Juros dos Ativos	121.340	121.340
Contribuições do Patrocinador	-	121.554
Contribuições do Empregado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre o Ativo Justo	228.041	(30.205)
Valor do Ativo Justo no final do período	2.149.678	2.362.367
B) - Conciliação do Valor Presente da Obrigação de Benefício Definido		
	31/12/2020	30/06/2021
Valor da Obrigação Atuarial no início do período	(684.123)	(658.036)
Custo de Juros Líquido	(46.110)	(46.110)
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Contribuições Patrocinador	-	-
Contribuições Assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (Alt. Regulamentar)	-	-
Ganhos/(Perdas) sobre a Obrigação Atuarial	72.197	44.084
- Ganhos/(Perdas) decorrentes da Experiência	72.197	58.883
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/(Perdas) decorrentes de mudança financeira	-	(14.799)
Valor da Obrigação Atuarial no final do período	(658.036)	(660.062)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 1.702, equivalente a 257,90% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para o 1º semestre de 2021.

16.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2021	31.12.2020
Estado do Pará	5.437.307	3.906.360
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	867.713	659.086
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.569.594	3.247.274

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Remuneração	597	1.169	564	1.150
Diretoria	416	833	414	836
Conselho de Administração	181	336	150	314
Participação nos Lucros e resultados	69	147	63	123
Administradores	69	147	63	123

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 30 de junho de 2021 o Banco possui o valor de R\$ 5.469 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 30 de junho de 2021, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 193 ações.

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2021 é de R\$ 254.326.

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRIÇÃO	30.06.2021		30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	159.431	191.880	197.028	243.293
Juros s/ Capital Próprio e Participações	16.030	16.030	-	-
Base de Cálculo	175.461	207.910	197.028	243.293
Adições (Exclusões)	22.035	(10.561)	45.365	(1.023)
Base de Cálculo	197.496	197.349	242.393	242.270
Alíquota Normal (15% e 20%)	29.624	39.470	36.359	44.308
Adicional do Imposto de Renda (10%)	19.740	-	24.227	-
IR e CSLL Devidos	49.364	39.470	60.586	44.308
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(1.185)	-	(1.454)	-
Incentivos Fiscais	-	-	(850)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(340)	-	(390)	-
IR e CSLL a Pagar	47.839	39.470	57.892	44.308

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 170.153, relativo às diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado, ativadas em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL em 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002.

Notas Explicativas

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2021:

Créditos Tributários	31.12.2020	30.06.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	85.723	31.212	(22.436)	94.499
Diferença Temporária - CSLL	68.633	24.970	(17.949)	75.654
Total	154.356	56.182	(40.385)	170.153

Em 30 de junho de 2021, o Banco possuía ativação no montante de R\$ 170.153 (R\$ 154.356 em 31 de dezembro de 2020) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado, sendo que R\$ 40.385 foram realizados ao longo do exercício

Créditos Tributários	31.12.2020	30.06.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	116.789	36.537	(20.079)	133.247
Diferença Temporária-Trabalhista	16.994	2.444	(1.865)	17.573
Diferença Temporária-s/Prov. Outros Créditos.	13.896	3.781	(14.727)	2.950
Diferença Temporária-s/Prov. Licença Prêmio	6.677	405	(950)	6.132
Diferença Temporária-s/Prov. Cíveis - IR	-	7.716	(85)	7.631
Diferença Temporária-s/Marcação a Mercado	-	5.299	(2.679)	2.620
Total	154.356	56.182	(40.385)	170.153

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisões para perdas esperadas associadas ao

Notas Explicativas

risco de crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2021	2022	2023	2024	2025	2026 à 2030	Total
Crédito Tributário de I.R	16.406	7.498	8.205	9.385	9.569	43.436	94.499
Crédito Tributário de C. Social	16.406	6.003	6.569	7.513	7.660	31.500	75.651
Total dos créditos	32.812	13.501	14.774	16.898	17.229	74.936	170.150
Taxa média de captação a.a. (%)	1,80	3,05	4,47	4,77	4,81	4,89	3,92
Valor presente do crédito tributário	(32.232)	(13.101)	(14.142)	(16.129)	(16.438)	(71.445)	(163.487)

a. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2021 totalizam R\$ 4.154 (R\$ 11.229 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 de junho de 2021, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2020	30.06.2021				Ativo Fiscal Diferido
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	
Provisão para Ações Cíveis	15.340	(497)	2.113	(16.956)	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	7.363	-	86	-	7.449	3.352
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	(17)	-	-	1.783	802
Total das Adições Temporárias	24.503	(514)	2.199	(16.956)	9.232	4.154

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

20.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Recuperação de encargos e despesas	206	343	79	434
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	1.222	3.034	1.166	2.012
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	2.959	5.890	1.489	3.617
Reversão de provisões passivas	3.935	4.831	4.453	9.350
Atualização de valores ativos	3.878	3.884	1	2
Atualização de depósitos judiciais	928	1.723	764	1.890
Variação cambial e diferença de taxas	4.415	5.930	6	8
Outros	176	420	69	359
Total	17.719	26.055	8.027	17.672

Notas Explicativas

Outras despesas operacionais	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Serviços associados a transações de pagamento	(678)	(1.342)	(604)	(1.181)
Desc. concedidos em renegociações	(198)	(262)	(71)	(74)
Variação cambial e diferença de taxas	(1.826)	(2.622)	(87)	(134)
Estorno de rendas	(1.153)	(1.216)	-	-
Provisões passivas	(5.134)	(7.820)	(3.476)	(7.510)
Provisão de outros créditos em liquidação	(949)	(2.497)	(1.503)	(3.089)
Ações cíveis	(295)	(540)	(120)	(219)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(335)	-	-
Outros	(105)	(336)	(358)	(591)
Total	(10.338)	(16.970)	(6.219)	(12.798)

20.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Insubsistências passivas	4.323	4.347	2.768	2.791
Superveniências ativas	852	1.665	992	1.897
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	24	55	43	116
Outras Receitas	157	228	144	181
Insubsistências ativas	(6.340)	(6.343)	(3.752)	(3.866)
Superveniências passivas	(4.323)	(4.328)	(1.240)	(1.244)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(1.330)	(2.896)	(905)	(2.550)
Outras Despesas	(9)	(19)	(269)	(723)
Total	(6.646)	(7.291)	(2.219)	(3.398)

20.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de prestação de serviços	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Rendas por serviços de pagamento	1.592	3.196	1.435	3.077
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	754	1.818	1.425	3.000
Rendas de cobrança	120	314	152	400
Rendas de pacotes de serviços - PF	18.677	36.748	17.073	34.211
Rendas de serviços diferenciados - PF	207	473	171	382
Rendas de serviços especiais - PF	362	843	148	148
Rendas de convênios	714	1.411	707	1.462
Rendas de comissão de seguros e outros	3.217	5.872	-	-
Rendas de outros serviços	298	442	213	518
Total	25.942	51.120	21.323	43.198

Notas Explicativas

20.4. Rendas de tarifas bancárias

Rendas de tarifas bancárias	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Fornecimento de 2ª via de cartão	73	136	113	169
Saque de conta depósito a vista e poupança	971	1.901	648	1.900
Transferência por meio de DOC/TED	1.225	2.273	687	1.461
Concessão de adiantamento e depositante	79	134	34	85
Anuidade cartão de crédito	1.483	2.834	1.243	2.483
Pacote de serviço	2.205	4.327	1.836	3.606
Fornecimento de folha de cheque	59	123	57	130
Operações de crédito	94	155	43	78
Manutenção de conta ativa	185	363	180	410
Convênios	1.818	3.521	2.788	5.692
Comissão de Seguros	-	-	2.272	2.284
Outras Rendas	296	593	908	1.655
Total	8.488	16.360	10.809	19.953

20.5. Despesa de pessoal

Despesas de pessoal	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Honorários	(642)	(1.253)	(602)	(1.218)
Encargos Sociais	(29.225)	(52.378)	(21.699)	(45.441)
Benefícios	(18.210)	(36.201)	(16.310)	(35.436)
Proventos	(72.599)	(138.986)	(59.552)	(128.426)
Remuneração de Estagiários	(555)	(1.009)	(488)	(996)
Treinamento	(414)	(827)	(217)	(809)
Total	(121.645)	(230.654)	(98.868)	(212.326)

Notas Explicativas

20.6. Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Água e Energia	(3.103)	(5.964)	(2.633)	(5.400)
Aluguéis	(8.223)	(16.041)	(5.242)	(10.776)
Comunicações	(10.285)	(21.739)	(9.532)	(17.884)
Contribuições Filantrópicas	(132)	(242)	(120)	(221)
Manutenção e Conservação de Bens	(6.300)	(11.693)	(4.575)	(8.749)
Material	(795)	(1.975)	(772)	(1.434)
Processamento de Dados	(28.763)	(54.777)	(17.884)	(36.928)
Promoções e Relações Públicas	(3.160)	(3.313)	(2.904)	(8.557)
Propaganda e Publicidade	(3.892)	(10.895)	(111)	(1.769)
Publicação	(54)	(72)	(850)	(1.237)
Seguro	(150)	(306)	(179)	(363)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.387)	(19.214)	(10.117)	(19.672)
Serviços de Terceiros	(5.504)	(8.940)	(2.655)	(5.298)
Serviços de Vigilância	(15.229)	(28.988)	(12.927)	(25.358)
Serviços Técnicos Especializados	(993)	(1.617)	(892)	(1.935)
Transportes	(7.717)	(14.227)	(7.864)	(15.520)
Viagens	(52)	(84)	12	(10)
Outras Despesas Administrativas	(1.558)	(3.473)	(1.443)	(3.155)
Amortização	(7.568)	(15.673)	(6.035)	(10.212)
Depreciação	(3.071)	(6.109)	(3.319)	(6.789)
Total	(116.936)	(225.346)	(90.042)	(181.267)

20.7. Despesas tributárias

Despesas tributárias	2º tri 2021	30.06.2021	2º tri 2020	30.06.2020
Outras Despesas Tributárias	(282)	(1.150)	(203)	(1.022)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(1.720)	(3.372)	(1.605)	(3.156)
Contribuição ao COFINS	(16.138)	(31.580)	(14.668)	(28.669)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.622)	(5.132)	(2.384)	(4.659)
Total	(20.762)	(41.234)	(18.860)	(37.506)

Notas Explicativas

21. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 2,75% e o IPCA de 3,43% acumulado ao ano. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.06.2021	Cenário Provável (2,75%)	Cenário Possível - Estresse 25% (3,44%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (4,13%)
Disponibilidades	176.485	4.853	6.071	7.289
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	2.799.271	76.980	96.295	115.610
Títulos e Valores mobiliários	1.045.163	28.742	35.954	43.165
Depósitos	10.359.633	284.890	356.371	427.853
Operação - IPCA	Base 30.06.2021	Cenário Provável (3,43%)	Cenário Possível - Estresse 25% (4,29%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (5,15%)
Provisão para Contingências	63.557	2.180	2.727	3.273

Para Provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 47.533 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão
AA	1.222.594	-	-
A	5.739.918	-	-
B	66.320	-	-
C	64.316	-	-
D	74.436	-	-
E	23.815	6.182	1.854
F	20.661	7.201	3.601
G	62.362	21.916	15.341
H	105.981	74.269	74.269
Total	7.380.403	109.568	95.065

Aumento 150% Ativo Problemático	164.352
--	----------------

Notas Explicativas

Cenário Estresse	Saldo	Ativo Problemático	Complemento De Provisão
E	9.272	2.782	927
F	10.802	5.401	1.800
G	32.874	23.012	7.671
H	111.404	111.404	37.135
Total Ativo Problemático	164.352	142.599	47.533

22. Resultados Não Recorrente

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco do Estado do Pará, em 30 de junho de 2021, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração, e aos Administradores do Banco do Estado do Pará S.A.

Belém-PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 205.846 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve representar a melhor estimativa do Banco quanto às perdas esperadas para a carteira. Devido a relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente

elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram

considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 09 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes Contador
CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 11 de Agosto de 2021.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2021 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e compliance, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutária conclui que as demonstrações contábeis para o 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2021 são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém/PA, 04 de agosto de 2021.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO
Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS
Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de junho de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 09 de Agosto de 2021.

Diretoria Colegiada

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 09 de Agosto de 2021.

Diretoria Colegiada

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor